

Director
Oliveira Tavares

Editor
Maximino Abranches

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diário de Noticias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

ETNOGRAFIA COLONIAL



INHAMBANE — COSTUMES GUERREIROS

COLABORAÇÃO

No sentido de dar á discussão dos variados e complexos problemas coloniais a maior larguêsa e de originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais, procura a «Gazeta das Colonias» conseguir uma larga colaboração, tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas, por parte de todas as entidades, que melhor conhecem os assuntos coloniais e que por isso mais decisivamente podem intervir no seu estudo.

Desde já, é a «Gazeta das Colonias» honrada com a coloberação dos Ex.^{mos} Srs.:

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de distrito), Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de distrito), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Dr. Armino Monteiro, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. e colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Al. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoesas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Commissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

Espera a «Gazeta das Colonias», que independentemente de solicitação especial, todas as colectividades do Ultramar. (como Conselhos do Governo, Municipalidades, Comissões de melhoramentos, Associações Comerciais e Industriais, agremiações scientificas ou de outra natureza), que tenham parte na valorisação dos nossos dominios coloniais, lhe honrem as colunas com a sua opinião autorisada pelo estudo local e inspirada no interesse que a nossa colonisação, por certo, lhes merece.

Aos colonos que lá longe dispendem o melhor do seu esforço, trabalhando pelo bom nome de Portugal e cuja acção nem sempre é conhecida, faculta a «Gazeta das Colonias», as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opinies, a que a dura experiencia dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta das Colonias» protesta o seu respeito e confia a rialisção da obra que se propõe empreender e na qual não poderá ter mais que uma modesta participação.

SECÇÕES

É facilmente explicavel que não possamos, ja de inicio, abrir todas as secções que tencionamos incluir na *Gazeta das Colonias*.

Entre elas figura a de «Estatistica Colonial», a que dedicaremos um especial cuidado, atenta a importancia que lhe atribuímos. Para tornar essa secção tão proveitosa quanto possivel, fazendo dela uma base segura para o estudo da actividade colonial, além dos elementos que solicitámos, aceitaremos, com prazer, quaisquer outros que nos sejam fornecidos sobre: produção, cotação de produtos, areas cultivadas, mão de obra empregada, gado, exportação, importação, etc.

A hygiene colonial tem igualmente um logar na «Gazeta» procurando-se em algumas considerações ligeiras romper com certos processos prejudiciais, difundindo o conhecimento de algumas medidas de profilaxia, indispensáveis a quem vive nas colónias ou a elas se destina.

Outras secções serão criadas e desenvolvidas dentro das possibilidades da «Gazeta» atendendo-se sempre aos fins que esta se propõe realizar — *propaganda da nossa colonisação, constantemente aperfeiçoada, pela introdução dum maior espirito scientifico em toda a acção colonial, quer colectiva, quer particular.*

AGENCIAS

A *Gazeta das Colonias* tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

No Continente: — Para o Porto e Norte do Paiz—Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.^a

No Ultramar: — Para a Provincia de Angola—A Empresa de Publicidade «Angola». Limitada.

Para a Provincia de Moçambique. — *Lourenço Marques:* Ex.^{mo} Sr. Roque Ferreira (com acção nos distritos de Gaza, Quelimane e Tete). *Moçambique:* Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane:* Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala:* Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

Assinaturas e Anuncios

Tratam-se nas Agencias e na Administração: Rua do Diario de Noticias, 44-1.º—LISBOA.

Segundo as normas seguidas por todas as emprêsas jornalisticas, consedirámos desde o n.º 3 assignantes da «GAZETA DAS COLONIAS» todas as pessoas a quem foram enviados os primeiros numeros e que nos deram o prazer de os não devolver.

A POLITICA E AS COLONIAS

A epigrafe a que subordinamos as considerações que vamos fazer, e apropriada natureza destas, sugerem-nos a conveniência de frizar que a «Gazeta», estabelecendo como directriz inalteravel do seu programa, manter em toda a sua acção uma absoluta e completa neutralidade politica — sem a qual não são possíveis a análise e a critica imparciais da administração colonial —, não está influenciada por qualquer intuito que não seja o de bem servir os interesses das nossas colonias.

É precisamente por que assim é e porque desejaríamos ver generalizado este criterio a tudo o que á administração colonial se liga, é que não podemos eximir-nos a manifestar o nosso desgosto pelo que em relação á provincia de Angola se está passando.

Está dito e é sabido de todos que a situação de Angola é grave e que, comquanto não tenha atingido o estado que num exagero — intencional ou não, se lhe tem atribuído, pode acarretar, a não ser modificada, as mais lamentáveis consequências.

Reconhece-se por isso que é indispensavel normalisar, quanto antes, a vida de Angola, por uma acção impulsiva, que a faça sair do ponto morto em que se encontra, acção regulada e dirigida no sentido de não perturbar o movimento futuro, que todos desejamos seja progressivo.

Para se assentar na forma de agir, bem como nos processos de assegurar a regularidade da vida futura da colonia — dissemos já e repetimos —, ha que proceder a um cuidadoso estudo, difficil de ser rializado por um só homem, embora muito competente, dados os variados e complexos factores que têm de ser considerados e que é preciso conhecer préviamente e não apenas quando surgam como surpresas, adentro da propria acção de governo.

Até agora porem, que nos conste, nada ha feito neste sentido e a atenção dos Poderes Públicos para com Angola, tem-se traduzido simplesmente nos trabalhos realizados para a nomeação do Alto Comissário.

Assim o problema de Angola continua por esclarecer; continua imprecisa a sua feição dominante, que poderia orientar na escolha de quem tenha de o resolver; mantém-se desconhecidas as responsabilidades que assumirá quem tome conta do Governo e as dificuldades ou facilidades

que poderá encontrar no exercicio da sua função.

Dai provirá logica e naturalmente um embaraço ao util provimento do Alto Comissariado; dai resulta o facto que se está passando de em cada dia surgir um nome, como sendo o que reúne maior numero de probalidades de ser aceite; e os nomes sucedem-se, escolhidos tendo-se em vista, quasi exclusivamente, os interesses dos partidos politicos que os propõem; os candidatos vão desfilarão ante as vistas dos que a Angola estão ligados pelo seu carinho e pelos seus haveres, e que hoje vêem em risco o produto da sua actividade, o legitimo juro do seu capital e do seu labor, e... o mal de Angola continua e agrava-se dia a dia.

Porque não se muda de orientação?

Porque não se estuda rapida, mas cuidadosamente o estado actual da provincia, sob todos os aspectos, pondo claramente o problema da sua administração, cujo conhecimento interessa a todos os portugueses e sobretudo a quem tenha de tomar sobre si o encargo de governar a colonia?

Porque se hade continuar no perigoso sistema de conservar o Publico na ignorancia da verdadeira situação de Angola, permitindo-lhe que formule no seu espirito e exteriorise as hipoteses que lhe aprouver e a que as sucessivas escusas e desistencias de candidatura ao Alto Co-

missariado, emprestam necessariamente uma feição pessimista?

Quererão os Poderes Publicos limitar os seus esforços á simples nomeação dum Alto Comissario, para entregar á sua exclusiva acção a completa resolução da crise de Angola?

Mau caminho, se nos afigura, seria esse, que possivelmente traria amanhã uma renovação do mal que hoje nos preocupa.

E a ser assim, encontrar-se-ha, quem, medindo bem as responsabilidades que assume e prevendo as dificuldades que poderá ter, aceite o pesado encargo?

Que nos seja permitida a duvida...

A bem da vida da colonia, dos interesses de centenas de portugueses e do nosso proprio decôro, o problema de Angola tem de ser enfrentado, com decisão e com energia, pelo Governo da metropole.

A não ser assim, se amanhã, por desventura se renovar a crise que hoje domina Angola, talvez com uma feição mais grave, o governo só terá dois caminhos chamar para a metropole as responsabilidades e sacrificios consequentes de factos de que se desinteressou, o que não seria logico, ou abandonar a colonia á situação que o seu governo proprio lhe tenha criado, o que, sendo a negação da nossa qualidade de povo colonizador, traria os mais desastrosos efeitos, faceis de prever.

Que se pense nisto e em tudo o que a isto se prende...

QUESTÕES COLONIAIS

E' raro ver na nossa imprensa, diaria ou não, ou em comicios e conferencias, artigos ou discursos, teoricos ou doutrinarios sobre politica e administração colonial.

Ou, porque o ambiente não permite trabalhos desta natureza, ou porque, realmente, os assuntos que temos vindo apreciando, nestes artigos, são preteridos, a todos os momentos, por questões de muito menos importancia, mas de luero immediato, o que é certo é que ninguém se preocupa, hoje, de principios, só querendo saber de fins sem atender a meios. E' esta, por desgraça, a nossa situação actual.

E' certo que temos uma Sociedade de Geografia que nos honra, e cuja acção benemerita e patriótica, muito tem concorrido para despertar, ou pelo menos, para não deixar adormecer, de todo, o espirito publico, no que a colonias se refere.

Mas esta benemerita Sociedade não pode fazer tudo, e seria até injustiça, tal qual se acha constituída, constringe-la a sair dos seus Estatutos, um tanto ou quanto antiquados, no dizer de muita gente, mas que se devem cumprir, enquanto se não reformarem ou alterarem.

Não obstante isto, e ainda mesmo, dentro do seu actual Estatuto, muito se poderia fazer de util e proveitoso para o nosso patrimonio colonial, se as numerosas Comissões, nela instaladas, e principalmente, a Africana, que é a mais importante, se resolvesse a trabalhar como fez outrora por ocasião da travessia de continente africano e viagens ao interior de Africa, dos nossos valentes e heroicos exploradores.

Ora, para que tudo isto se possesse fazer com vantagem para a nossa administração, era necessario que a actual Direcção da So-

Tudo aos montes

Porto, Coimbra, Braga, Algarve, Alentejo,

FABRICA DE TINTAS
 VENDE-SE ESTAMPILHES E MÁC.
 FORMULAS DE FRANQUIAS
 AFIXAR ANUNCIOS
 RUA NESTA PROPRIEDADE
 LOPES VIEIRA 25
 MANDAMIRANDA MONTEPO
 ADVOCADO
 MERCEARIA
 TESOURARIA OFICIAES
 DO RECISTO CIVIL MODAS
 LETRAS ESMALTADAS
 FUMAR
 IBIDO
 SELOS DE SELAR PARTICULARES
 SELAR CONCORD
 LIGATURAS
 SELAR CONCORD

Ilhas, Brasil, India, Loanda, Moçambique, etc

(A todos interessa)

Não tem agentes a Casa Freire nem quere preferindo vender directamente aos fregueses pelos preços 40 010 mais barato que é o que os agentes levam a mais. E façam seus pedidos directos para serem bem servidos e rapido á Grande fabrica onde se fazem essas lindas Chapas e que duram para ser pre e letras esmaltadas para ruas, estabelecimentos, etc., emblemas lindos e baratos para Sports, clubes, medalhas para corridas, (artigos de Barba), Gilettes mais baratas, maquinas de 4 rolos para as afiar, Tesouras finas e canetas de tinta permanente com pera de ouro a 40\$00, que os outros vendem pelo dobro. canivetes, Carimbos, numerados a tinta, a repetirem o numero até 12 vezes, ditos para cheques a picotar o numero e com data, selos em branco para as juntas de Paroquia, camaras e repartições, sinetes para lacre e roupa, etc., alicates de selar, marcas a fogo, etiquetas de metal para sardinhas, fixas de metal para jogos de cafés, fabricas, etc., aneis á Freire, em aço e ouro com brazões e monogramas, cunhos importé du Portugal, chapas e letras para marcar caixotes e preços, lampadas e instalações electricas, etc., etc. Unica na Europa completa.

A. L. Freire, 158 a 164, R. do Ouro.
Telef. 1656 C.

Peçam á cobrança para tudo lhe remeter.

— AGENCIA FOX —

Secção d'investigação policial particular vigilancia e informações comerciais
Secção de turismo organizada nos moldes modernos, encarrega-se de alojamentos nos hotéis do Paiz, passagens, passaportes, transporte de bagagens, etc.

Unica no genero no Paiz. Referencias bancarias e comerciais

R. S. Paulo, 55, 3.º-LISBUA End. teleg. FOX

Companhia Nacional

DE
PRODUTOS COLONIAIS, L. DA
Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOA

Transações sobre cacau,
café, cera, coconote e couros

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

Luso-Colonial, Ltd.

ROSSIO, 93, 3.º

LISBOA

Codigos { Ribeiro
A. B. C. 5.ª Edição

Tele { fone NORTE 812
gramas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS
CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS
Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguezas
Agentes nas principais praças europeias.
Sucursal em ANVERS. Longue Rue Neuve, 6

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviaes de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

- Indicações técnicas, orçamentos e planos.
- Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.
- Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.
- Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 Administração e serviço de transportes
| C. 2992
| C. 1588 Oficinas, docas e obras

Endereco telegrafico:

“DRYDOCKS,,

cidade de Geografia desse mais autonomia a essa e outras Comissões a fim de preparar trabalhos para serem presentes e discutidos em assembleias gerais, e extraordinárias da mesma Sociedade, convocadas para esse efeito.

Procedendo assim, quer-nos parecer, que os elementos mais irrequietos e combativos da Sociedade de Geografia, de Lisboa, — o tal grupo que se mostrou de certa maneira hostil á Direcção, nas ultimas eleições dos seus corpos gerentes, em breve, se prestaria a colaborar, e abateria bandeiras, perante a boa vontade da Sociedade, na resolução de problemas, que são, não só urgentes mas indispensáveis, e não podendo sofrer o mínimo adiamento.

Mas como a *Comissão Africana*, abrange todas as nossas colonias da Africa, para maior facilidade de trabalho, poderia essa comissão sub-dividir-se em tres sub-comissões geograficas, pelo menos, — a de Cabo Verde e Guiné, de S. Tomé e Príncipe e Angola, e a de Moçambique, que é, de resto, o que se faz na *União Colonial Francesa*, de tão brilhante historia, e tambem já aqui se fez na *União Colonial Portuguesa*.

E isto é tanto mais facil, quanto é certo, que na propria Sociedade de Geografia já foi criada, em 1913, se não estamos em erro, a *sub-comissão* de Moçambique, de que fizeram ou fazem parte ainda, altas individualidades, conhecedoras daquela nossa tão grande, quanto cubiçada colonia.

Cada uma destas sub-comissões trataria, especialmente, dos assuntos respeitantes á sua colonia ou grupo, todas elas subordinadas á Meza da *Comissão Africana* podendo agregar a si todas as pessoas que fossem julgadas necessarias, e podessem contribuir para o engrandecimento das colonias.

Isto, está claro, sem prejudicar os trabalhos de indole geral, respeitantes a todas as

colonias, e a superintendencia da Sociedade de Geografia, que em todos os casos, e para os efeitos, precisa ser reconhecida e respeitada.

O mecanismo, a forma porque estas comissões e sub-comissões trabalhariam fazia parte de um regulamento especial, a formular.

Havia um assunto importante a tratar, — a mão de obra, por exemplo — que interessa mais ou menos a todas as nossas colonias de Africa, mas especialmente a S. Tomé e Príncipe, a Angola e a Moçambique.

Reuniam-se as sub-comissões destas colonias e, em comum ou separadamente, estudavam o assunto ou assuntos para que tinham sido convocados.

Findo este trabalho, o presidente da Comissão Africana ou quem suas vezes fizesse, devidamente autorizado pela Direcção da Sociedade de Geografia, convocava uma reunião conjunta das duas sub-comissões, com a assistencia da Direcção da mesma Sociedade, procurando chegar a um accordo sobre qualquer divergencia ou discordancia, que porventura houvesse no trabalho das duas sub-comissões.

Feito isto submeter-se-ia o trabalho até então realizado, á resolução da Assembleia Geral da Sociedade de Geografia, á qual caberia o veredicto final.

E só depois de todos estes trabalhos preliminares, é que o problema em discussão, seria apresentado ao grosso publico, que sobre ele se pronunciará e por ultimo, ao governo, a fim de ser reduzido a decreto, se estivesse na alçada do Poder Executivo, ou ás Camaras, se dependesse do Poder Legislativo.

Estas sub-comissões geograficas, sempre de accordo com a Direcção da Sociedade de Geografia, poderiam proceder á fundação de *comités*, ou filiais, em todas as colonias, ou pelo menos, nas mais importantes, sen-

do previamente óvidas em qualquer emergencia, na resolução dos assuntos que a elas dissessem respeito.

Dividindo-se assim, por todos o trabalho, e não querendo ninguém açambarcar ou monopolisar o estudo e resolução de problemas que a todos pertencem, pelo seu caracter nacional e até internacional, certos estamos de que, em breve, os assuntos e questões coloniais estariam na ordem do dia, ocupando o lugar a que tem incontestavel direito, cessando ao mesmo tempo, automaticamente, toda e qualquer rivalidade ou má vontade, que tenha aflorado á superficie, nas ultimas eleições dos Corpos Gerentes da Sociedade de Geografia.

Esta benemerita agremiação, a quem tanto deve o paiz, e sobretudo as colonias, afrouxaria um pouco mais a mão, desinteressando-se dos assuntos secundarios, para só cuidar dos principais, saindo assim da apatia ou inercia em que, no dizer de muitos, tem vivido ultimamente, não obstante os esforços quasi sempre coroados de exito, feitos por alguns dos seus membros.

A realização do Congresso Colonial Nacional, que é uma honra para tão benemerita instituição, deve constituir o inicio de uma nova era para as nossas colonias, e para a propria Sociedade de Geografia, se se fixer o que, muito sumariamente e ao de leve, com os olhos fitos no levantamento da Patria, acabamos de enunciar.

Para se conseguir este *desideratum*, muito pode contribuir a imprensa em geral, e em especial, os jornais ou revistas da especialidade, como seja a «Gazeta das Colonias» abrindo as suas colunas aos individuos influentes que desejem levar a cabo empreendimento de tão largo alcance moral e patriótico.

Pires AVELANOSO

ALTOS COMISSARIOS

(Reflexões dum português amigo das colonias e respeitador da legalidade)

A solução da crise de Angola está evidentemente preocupando a opinião publica, que não pode esquecer quantos interesses e quantos sacrificios estão ligados áque-la nossa grande colonia africana.

Nos cafés como nos meios politicos, na rua, nos teatros, a todo o momento se ouvem conversas que com o assunto se prendem, e nas frases que até nós chegam, sente-se o empenho, que felismente ainda anima todos os portugueses, de que a vida e o progresso do nosso patrimonio colonial se mantenham, ainda á custa dos maiores sacrificios, como importa ao decôro da Nação e á propria segurança do Estado.

A' Gazeta têm chegado numerosas impressões sobre a questão; muitas contendo um grande descontentamento pelo que se está passando e todas revelando o maior desejo de que a solução adotada seja de molde a garantir, não só o remedio pronto á crise comercial de momento, mas um desafogo futuro, conseguido pela realisação dum programa projectado sobre bases seguras.

Duma carta que recebemos, e que

por falta de espaço não publicamos na integra, recortámos algumas passagens que, sendo a expressão franca de amor pelas colonias e de respeito pela Lei, nos sugeriram o sub-titulo com que encimámos esta local, e que transcrevemos a seguir:

«O preenchimento da vaga do Alto Comissario de Angola veio mostrar como em Portugal se perdeu a noção das proporções. Os candidatos são aos cardumes, de todas as qualidades e feitos, a quasi totalidade sem possuírem um unico requisito para o exercicio de tão elevado cargo. Os directorios dos partidos e dos grupos, na caça á vaga, como se Alto Comissario fosse um simples governador civil, apresentam os seus candidatos procurando impol-os, não pelos seus merecimentos comprovados, mas unicamente porque são... da grei.

Toda a gente afirma que a situação de Angola é gravissima. Todavia pelos candidatos apresentados, somos levados a concluir que os problemas daquela colonia podem ser resolvidos por qualquer bacharel, aspirante a administrador de concelho.

.....
Para conhecimento dos pretendentes e dos seus padrinhos, transcrevamos V... a base 12.^a do decreto 7008 que regula o preenchimento dos cargos de Altos Comissarios.

«A escolha de Altos Comissarios só poderá recair em cidadãos portugueses, com largos conhecimentos de administração colonial ou de administração publica em geral, que hajam demonstrado a sua capacidade no desempenho de altos cargos da Republica e que não tenham interesses nas colonias sob a sua jurisdição».

.....
E' um desabafo que traduz bem a opinião publica dominante, a qual desconhecendo talvez a disposição legal que se transcreveu, assentou para si, por uma intuição natural e logica, que o critério a seguir não pode ser diferente do que na Lei se contem.

Aos Poderes Publicos não pode passar despercebida a anciedade com que se espera a solução da crise de Angola, que todos os portugueses desejam seja ditada pela Lei e pelos altos interesses nacionais, a que não é licito antepor quaisquer outros.



S. Tomé e Príncipe

As origens dos males de S. Tomé, segundo o sr. general Freire de Andrade

A difícil situação da colónia de S. Thomé e Príncipe resulta de causas múltiplas, devidas em grande parte a imperfeitos processos de administração.

Para apreciar a progressiva diminuição da riqueza das nossas ilhas do Equador, bastará citar alguns algarismos. A sua exportação valia em 1908 proximamente 314.000 contos; está hoje reduzida a 132.000 contos. Se considerarmos o valor de uma das grandes plantações de S. Thomé, tomando como base os relatórios das companhias que administram algumas delas, fácil é reconhecer que propriedades que valiam ainda em 1912, proximamente 300.000 contos, não valem hoje mais da decima parte dessa quantia ou sejam contos 30.000.

As consequências da guerra mundial e as doenças que atacaram as plantações são, em parte, responsáveis por este resultado, mas a verdade é que a nossa administração não teve em conta a situação que dessas consequências resultou, não procurou remediar os seus efeitos e antes os acentuou e agravou, proibindo o recrutamento dos trabalhos nas colónias aonde ele se fazia ha muitos anos e adoptando processos de administração, que fácil era de prever que seriam estereis, senão ruinosos.

S. Thomé e Príncipe, foi dotada com o novo figurino da autonomia administrativa, sobrecarregando a provincia com um conselho governativo para o qual não tinha elementos e dotando-a com governadores que, em regra, não conheciam a colónia e que, de administração publica, experiencia alguma tinham. As consequências não podiam ser diferentes das que realmente se produziram.

Nos países coloniais, naqueles que procuram conseguir o desenvolvimento das suas colónias, nota-se que os governadores são escolhidos de entre os homens que na sua carreira ultramarina tem demonstrado uma real intelligencia e tino administrativos. Por isso é que não podemos deixar de ver com tristesa o que entre nós por vezes se passa e as discussões que nos jornais se leem sobre a escolha dos governadores coloniais, e em que as influencias politicas e os interesses pessoais não são postos de banda, e antes são elementos preponderantes em nomeações que tanto interessam ao futuro da Nação.

Com governadores que, comquanto

cheios de boa vontade, podiam não conhecer as Colónias e com uma autonomia administrativa que resulta das decisões de Conselhos de Governo onde dominam, a não ser na India, os votos dos empregados publicos, fomos levados a uma gravissima crise colonial, em que as colónias estão descontentes, debatendo-se em dificuldades de toda a ordem e pedindo ás de-

Ferreira da Rocha diz que os maus resultados da autonomia concedida ás colónias provem da falta de fiscalisação do poder central. É certo que assim é, mas não é menos certo que o órgão da fiscalisação, tal como ele deve exercer as suas funções, não existe.

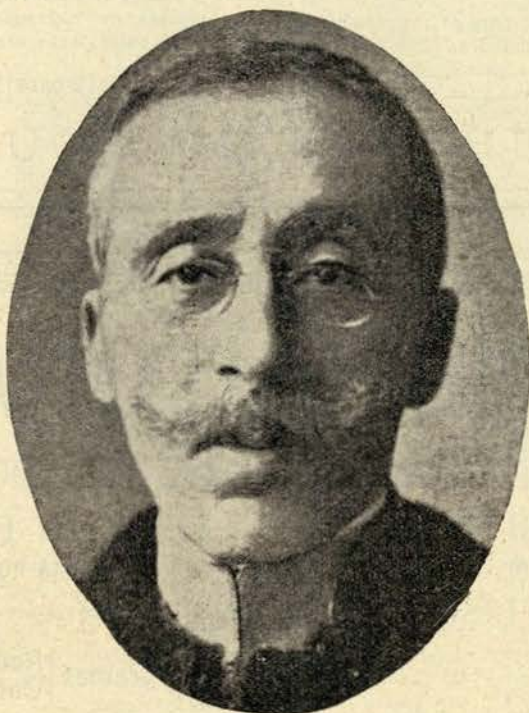
Felizmente ainda temos o Conselho Colonial, unica corporação que, por assim dizer, ainda opõe um ligeiro obstaculo á tendencia para a autonomia administrativa. Mas a instabilidade dos Ministros, as reformas successivas que tem desorganizado a vida do Ministerio e outras causas bem conhecidas tem pouco a pouco agravado uma situação, a qual, se não puzermos cobro com energia e sensatez, pode ser a causa efectiva da perda das nossas colónias.

Tem as nossas colónias ricos elementos de prosperidade todas elas; a sua população portugueza é formada de homens que para ali seguem com boa vontade de trabalhar e de prosperar, enriquecendo-se a si e á colónia. Ao percorrel-a não se encontram os elementos ou causas que possam explicar a situação em que se encontram, e que as levam a pedir á depauperada metropole que as socorra com capitães que não possui. E assim, para que elas melhiorem e sejam, cada dia mais, um dos maiores elementos da grandeza e prosperidade patrias, basta que lhes deem uma administração adequada e competente. Só isso.

Para o conseguir é porem indispensavel remodelar as actuais leis organicas das colónias, modificando-as e alterando-as conforme o que nos foi aconselhado pela experiencia dos ultimos anos. Escolher os governadores entre os que nas colónias hajam dadoprovos do seu saber e tino, tornando-os responsaveis pelos

actos do seu governo; se um bom governador pode, com uma má legislação, governar bem uma colónia, preciso é ter sempre em mente que a melhor legislação do mundo só dará maus resultados quando a sua execução depender de mãos inexperientes ou pouco habéis. E finalmente crear um órgão de fiscalisação que, em nome do governo central impeça que á antiga centralisação tão justamente posta de parte, se substitua o governo pessoal de quem quer que seja, acobertado pela sombra de um Conselho de Governo sem independencia, nem valor real.

Freire de Andrade.



FREIRE DE ANDRADE

pauperadas finanças da metropole um auxilio que esta terá de lhes dar, apesar da apregoada autonomia administrativa e financeira, cujo principio fundamental é de que as colónias se devem administrar livremente com os seus proprios recursos.

Não defenderei eu o regresso ao antigo sistema de centralisação: como tão bem disse Antonio Ennes, as colónias devem ser administradas nas colónias, mas segundo regras fixas, sob fiscalisação da metropole. Essas regras, cujo conjunto deve constituir diploma da autonomia de cada colónia, devem ser adequadas ao estado de desenvolvimento e mais condições que n'ella predominam. O illustre deputado

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Comparamos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo- metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobílias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

A CONSTRUTORA, L.^{da}

Capital realiado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2772

Telegramas | Rodrivalho — LISBOA
Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvaiho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Cominho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627



Angola

A CRISE COMERCIAL DA PROVINCIA

Angola está atravessando neste momento a crise mais aguda que até agora tem tido, no seu movimento comercial.

Desde Julho de 1923 que a situação se vem agravando, progressivamente, de tal forma que, passado um ano, apresenta o aspecto da mais acentuada gravidade.

Ha um ano o futuro de Angola, apresentava-se-nos sob as mais risonhas esperanças. Os navios seguiam para ali, carregados de mercadorias e de colonos, numa azafama constante de colonização e desenvolvimento de transações comerciais, enriquecendo simultaneamente a metropole e a colonia. Hoje, infelizmente, os navios seguem sem carga e, está-se dando um perigoso exodo de funcionarios e de comerciantes.

Quantos anos perdidos não representa um ano de simples perturbação, que a inercia dos dirigentes deixou tomar tão grave aspecto?

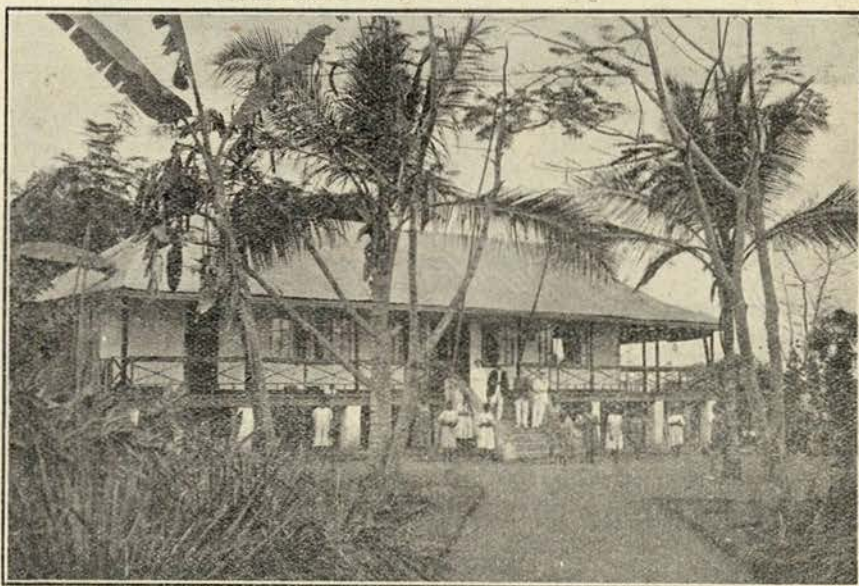
Podemos afirmar que nenhum país do mundo, que nenhuma colonia de qualquer país, está tão isolado, sob o ponto de vista das suas relações comerciais, como Angola! Ao passo que a Russia já hoje transacciona com varios países, Angola tem as suas transaccões quasi interrompidas, não só com o estrangeiro, como com a propria Metropole!!

O seus funcionarios, os que para ali vão mourejar, conquistando os proventos necessarios para o sustento e educação dos seus, impossibilitados de lhes mandarem dinheiro, em virtude da falta de transferencias, e exgotados os recursos dos emprestimos, da penhora dos seus haveres e da venda dos moveis e fatos, fogem daquela fornalha, em que a sua actividade nada pode produzir que possa aproveitar aos seus!! Quantos, exgotados os ultimos recursos, se teem visto obrigados a dar ordem para os seus filhos abandonarem os collegios, na impossibilidade de pagarem as mesadas, in-

terrompendo assim a sua educação iniciada e custeada até agora com tantos sacrificios!!

E assim se explica porque os na-

Não tendo em mira discutir personalidades, mas sim entidades officiais,



ANGOLA — Residencia no interior

vios seguem vasilos e voltam carregados de funcionarios que fogem desta horrivel situação.

Em virtude da dificuldade de abastecimentos por o comercio não poder pagar, e portanto, pela dificuldade de importação, os generos atingem em Angola, preços inacreditaveis, tornando a vida cada vez mais horrivel. A manteiga vende-se a 130,000, o bacalhan a 40\$00 e 50\$00, etc!

Está faltando a Angola quasi tudo quanto ela não produz. Faltam muitos medicamentos, faltam generos alimentares, etc. Dentro em pouco, nada se poderá vender.

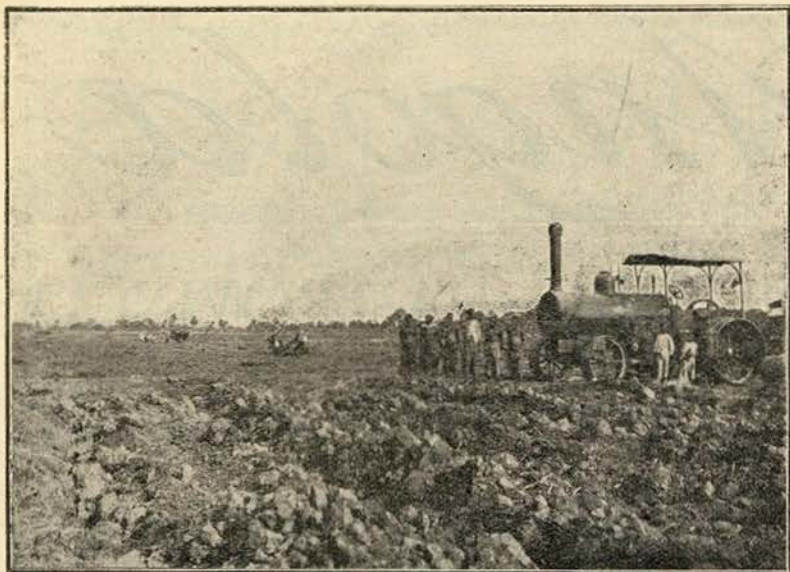
Estão interessados na resolução do problema, o Alto Commissariado, o Governo Central, o Banco Ultramarino e o comercio de Angola e de Portugal.

O que teem feito estas entidades para enfrentar a crise?

eu acuso o Alto Commissariado de Angola de ter descurado o assunto, não o estudando convenientemente e não tendo procurado para ele, não uma solução definitiva, mas pelo menos uma situação que permitisse transitariamente manter as boas relações comerciais de Portugal com Angola.

O Alto Commissariado, deixou á Providencia a resolução do assunto. Só quando a situação se apresentava gravissima, quando não se podiam admitir delongas, se iniciaram os trabalhos e com tão pouca energia que, á primeira dificuldade, se abandonou a solução do problema deixando Angola entregue á sua sorte!!!

Esgotado o credito comercial da provincia, devia restar o credito da Colonia. Assim, o comercio, como tinha a ultima valvula nos reembolsos postais, confiou muitas centenas de contos ao Governo de Angola, por



ANGOLA — Alto Dande : Lavra por charruas a vapor

este meio, crente de que as transacções, ainda que diminutíssimas, estariam assim garantidas. O proprio commercio importador pedia aos seus fornecedores para se empregar este meio.

Mal sabiam porem os fornecedores que o Governo de Angola, falsearia o seu dever, apropriando-se do dinheiro das cobranças que não restituia. Foi-se a ultima válvula e corria a crença nos governantes da Provincia.

E' extraordinario que se coloque uma colonia na situação de não se poderem confiar valores á administração dos seus correios, que é uma secção dos serviços do Alto Commissariado. O que se fez é pouco honesto e desacredita o governo da Colonia perante o commercio mundial.

E' este um aspecto grave, que atinge o prestigio dos proprios dirigentes.

O que tem feito os Governos Centrais? Um pouco menos do que o Alto Commissariado. Como Angola fica longe, e como as questões politicas absorvem todo o tempo, os governos, desde Julho de 1923, não tem tratado do problema, talvez por não terem comprehendido a sua gravidade.

No ultimo governo, o sr. Alvaro de Castro teve algumas conferencias, na intenção de procurar qualquer solução. A vida acidentada dos ultimos dois meses de governo, conjugada com o abandono da provincia pelo seu Alto Commissario, não lhe

permitiram ocupar-se devidamente do assunto...

O governo actual tem mostrado, pelas suas notas officiosas que o assunto lhe tem prendido as atenções. Oxalá que os factos demonstrem, por meio de soluções rapidas, a sua boa vontade!

Qual o papel do Banco Ultramarino?

Este iniciou a crise, em Julho de 1923 com a celebre circular aos exportadores, em que lhes comunicava que só aceitaria saques á cobrança,

desde que os sacadores declarassem que «autorisavam o Banco a guardar a importancia dos saques nas sucursais e agencias, devendo o seu producto ser transferido total ou parcialmente para Portugal, conforme as disponibilidades da cobertura do Banco».

Acreditou o commercio que os seus valores seriam reembolsados á medida que o Banco fosse tendo saques sobre Portugal e Estrangeiro.

Infelizmente assim não succedeu. A importancia dos saques servia para os compromissos do Banco, sem se fazerem transferencias para Portugal.

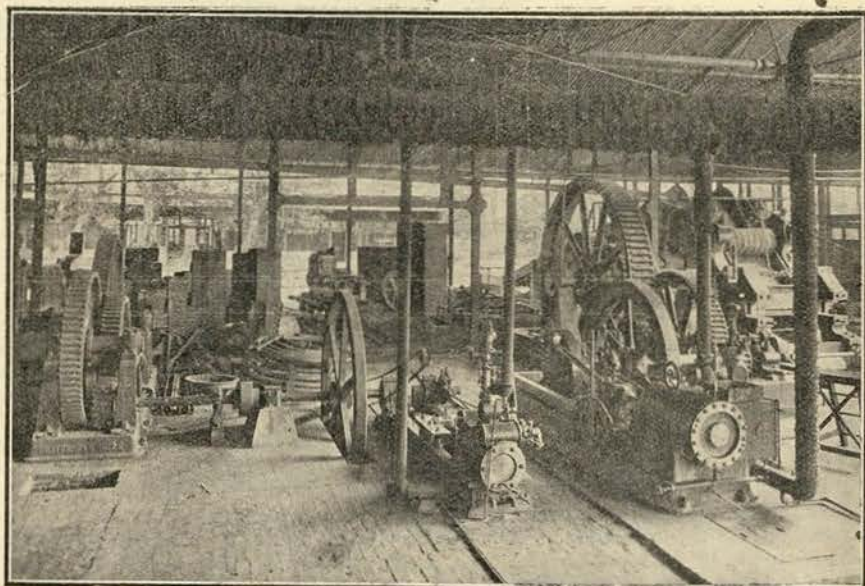
O Banco procedeu como o Alto Commissario e o Governo Metropolitano. Adormeceu, depois sobre o caso, esperando que a solução lhe caísse do céu...

Entretanto a crise foi-se agravando.

Iludidos os exportadores na sua expectativa sobre transferencias parciais, suspendem os saques pelo Banco e vão interrompendo a pouco e pouco as suas transacções com Angola.

Toda a importancia dos fornecimentos ficava no Ultramar e, em virtude da desvalorisação do escudo, todos esses fornecimentos se tinham tornado em desastre comercial, pois que o seu producto mal chegaria para comprar dois terços das manufacturas remetidas.

A agravar esta situação, vem uma determinação do Banco, que resolve entregar aos exportadores apenas uma parte da importancia dos saques, com o falso pretexto que os saques eram em escudos angolanos, quando sabia



ANGOLA — Alto Dande : Fabrica de Açucar



CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

(Construção ao quilometro 377,500-1912).

que eram em escudos metropolitanos, fazendo cambio sobre eles, ainda que lesassem a indicação de «todas as despesas por conta do saçado».

A esta tentativa de extorsão respondeu parte do commercio com o corte de relações com o Banco e com a ordem para recolherem os saques não cobrados, aguardando o final das negociações com o governo para determinação do procedimento a seguir com o Banco.

Sabemos que o Banco não tem valores para resolver o problema. Julgamos mesmo que o Banco não tem capacidade para continuar a ser o emissor de todo o vasto imperio colonial português. Não podem os seus 50.000 contos ter a pretensão de servir o Estado e o commercio de todas as nossas colonias, no periodo de larguissimo desenvolvimento que estão tomando.

A agravar a situação do Banco, está o malfadado emprestimo de Angola que compromete todos os valores do Banco durante muitos anos, excedendo em muito a possibilidade das suas reservas.

Póde o commercio ser asfixiado pela situação que o Banco creou?

O governo responderá?

Emquanto ao commercio de Portugal prestou a Angola uma assistencia financeira que nenhum commercio de outro país prestaria.

Desde que em qualquer país o unico Banco que transaccionasse com uma colonia comunicasse ao commercio exportador que deixava de garantir os reembolsos, sem indicação sequer do prazo aproximado em que estes se fariam, seriam suspensas as transações immediatamente.

Como o commercio português verificasse que os que mais deviam tratar do assunto se desinte essavam, foi abrindo ao commercio de Angola creditos successivos, que já hoje somam algumas dezenas de milhares de contos.

Como se iam fazendo pequenos fornecimentos a Angola, o problema não se apresentava na sua verdadeira gravidade e assim, o Banco, o Governo metropolitano e o Alto Commissariado continuavam naquele comodo adormecimento...

Sucedeu porém o que se devia prevenir. Exgotados os stocks, exgotadas as reservas gastas no pagamento dos saques no estrangeiro, para compra das materias primas e de alguns productos manufacturados, o commercio viu-se com as suas reservas transferidas para Angola e atravessa uma crise gravissima. Deixou de exportar por não ter o numero suficiente para os pagamentos.

Surge agora o Banco a querer ficar com parte da importancia dos saques, agravando assim uma situação já muito grave e cujos prejuizos para o Banco serão superiores aos lucros que julga tirar com este expediente.

O commercio de Angola atravessa uma crise mais acentuada que o da metropole, visto este se vêr obrigado a interromper as suas transações com aquela provincia, mas ter a facultade de exercer a sua actividade no país e nas outras colonias.

O commercio de Angola, honesto e que tem pago os seus debitos, vê-se sem credito, não por sua culpa, mas só pela situação que lhe crearam.

Dentro em pouco, não poderá vender nem comprar.

Está-se mesmo desenhando uma grave perturbação nas suas futuras transações. Esta perturbação resulta de estar falseada a lei da oferta e da procura dos generos coloniais. Assim, sendo os generos coloniais exportados, o unico recurso para se abrirem creditos, ha um grande excesso de procura de generos em Angola e um grande excesso de oferta na metropole.

Este fenomeno provoca uma alta artificial de preços em Angola, ao mesmo tempo que determina uma baixa artificial de preços em Portugal. Estabelece-se assim uma falsa base para regulção do cambio a estabelecer, o que só aproveita ás entidades a quem convenham as diferenças cambiais.

Normalizado de qualquer forma o problema das transferencias, seguir-se-ha uma paralisação do commercio de compra em Angola, mercê da baixa que se ha-de estabelecer e, portanto, do retrahimento do productor, habituado a alta de preços.

Esta paralisação embarçará a valer o commercio e o estabelecimento de cotações para os generos coloniais durante muitos meses.

Tem-se proposto muitos alvites para solucionar o assunto.

Parece-nos que, atendendo á sua gravidade, tem de ser resolvido immediatamente, pelo menos de uma forma transitoria, ao mesmo tempo que se estudem as bases para a resolução do problema para o futuro.

De momento, terá de se abrir um credito, pelo governo, ou por qualquer Banco, aos exportadores, reembolsando-os dos seus saques, quer apresentados nos Bancos, quer em carteira e reembolsando igualmente as notas que estejam em Portugal, até 15 dias após a publicação do res-

pectivo anuncio no «Diario do Governo».

Imediatamente se telegrafará para Angola ordenando o rapido reembolso dos valores postais.

Depois, o governo, assistido dos seus organismos e das Associações comerciais e industriais, resolverá o assunto para o futuro.

Julgo que o Banco Ultramarino, com dificuldade de pagar, poderia ser auxiliado pelo Estado em condições de segurança, para que o emprestimo ou o credito não derivasse do fim exclusivo para que fosse concedido.

Desde que o governo auxiliasse o Banco Ultramarino, habilitando-o a voltar a cumprir a sua funcção, era então a ocasião oportuna para estudar se seria ou não conveniente, em troca do auxilio prestado ao Banco, reformar algumas das clausulas do contracto. Vêr-se-ia se conviria ou não continuar o Banco com o exclusivo do privilegio de emissão de notas para todas as colonias ou se seria mais util para o desenvolvimento destas, estender esta concessão a outros Bancos, formando os Bancos emissores da Africa Ocidental, da Africa Oriental e da India, como foi aprovado no Congresso Colonial, por proposta do sr. Vicente Ferreira.

Seria então a ocasião de se estudar se seria util conceder a liberdade de emissão de notas a varios Bancos, desde que estes tivessem a reserva-ouro de garantia, a liberdade de circulação das notas do Banco de Portugal nas Colonias, etc.

Seja porem como fór que o Governo resolva, o que é facto é que a situação não pode continuar como está, mais um mês sequer e qu cada dia de adiamento agrava seriamente esta situação que urge resolver rapidamente.

F. CORTEZ PINTO.

Fabrica de Agua Oxygenada

PEROXHYDRIL



De todas a melhor

L. B. Bandeira de Melo
Escritório: Rua Augusta, 75-1.º

LISBOA

Telefone—C. 2670 Telegramas—Algodão



Mozambique

O EMPRESTIMO EXTERNO

De um nosso amigo e assignante de Lourenço Marques recebemos uma carta em que se nos pede que façamos a transcrição dum artigo que nos enviou e que foi publicado no nosso colega «Imparcial» daquela cidade, sobre a epigrafe «O Empréstimo».

Porque o assunto versado é de incontestavel interesse e porque a «Gazeta das Colonias» deseja manter em todas as questões a mais absoluta imparcialidade, não recusando a publicidade a quaisquer opiniões que, — postas com correção, digam respeito aos interesses coloniais, — que ella sobretudo pretende defender, acedemos á solicitação que nos fazem, dando assim ao publico, ensino de conhecer o que, na referida carta se chama «o sentir da provincia de Moçambique, sobre o empréstimo que se vai efectuar».

Segue o artigo, cuja transcrição fazemos com a devida vénia.

Ex.^{mo} Sr. Director do «Imparcial»:

A maneira por que nos meios politicos e e na imprensa da Metropole tem sido tratado o projecto da realisação de um empréstimo de milhões de libras para esta provincia, não pode continuar livre de alguns reparos que peço a V. Ex.^a permita nas columnas do seu conceituado jornal.

Os artigos da «Epoca», assinados por Quirino de Jesus, e os do «Diario de Noticias» assinados pelo dr. Armindo Monteiro foram muito apreciados por uma parte importante da população desta colonia, pois neles se analisavam, com precisão e imparcialidade, não só as condições do contracto do empréstimo mas ainda a oportunidade dele e a capacidade da colonia para lhe suportar os encargos.

Alguns outros jornais acompanharam o assunto nas mesmas linhas; mas ultimamente parece ter havido um *mot d'ordre* ou um poder occulto que provocou uma attitude bem diferente tanto da parte dos politicos como do lado da imprensa que coloca esta colonia sem defeza em presença do projectado empréstimo.

Vê-se no «Diario de Noticias», de 20 de Maio, lá pelo fundo da quarta pagina, a seguinte noticia sob o titulo:

Interesses de Moçambique

Foi ontem entregue no respectivo ministerio um telegrama vindo de Lourenço Mar-

ques, no qual se protesta contra a realisação de um projectado empréstimo, cujos encargos iriam sobrecarregar mais ainda a vida já difficil daquela nossa provincia ultramarina.

Segundo o mesmo telegrama, o «deficit» que Moçambique tem, actualmente, é devido principalmente ao sustento do funcionalismo ali existente, acrescido do aumento dos impostos indirectos, o qual está sacrificando imenso a produção.

O desenvolvimento economico da Provincia deve resultar, especialmente, de uma previa e gradual redução da emigração indigena, não oferecendo, alem disso, a actual composição dos corpos administrativos, garantias suficientes para uma boa administração do empréstimo.

E logo no «Seculo», de 21 de Maio, apparece o seguinte desmentido:

O empréstimo de Moçambique

Do Ministerio das Colonias recebemos a seguinte nota officiosa:

«E' destituída de fundamento a noticia, publicada por um jornal da manhã de ontem, de ter sido reeebida no Ministerio das Colonias qualquer telegrama de Lourenço Marques ou de outro ponto da provincia de Moçambique protestando contra o projectado empréstimo a favor dessa Provincia».

Estas duas noticias, que assentam sobre um fundo de verdade, contem falsidades que não podem passar sem denuncia.

O que se passou consta dos três documentos que a seguir transcrevo, sendo o primeiro uma carta que recebi do sr. dr. Eduardo Saldanha, que me autorizou a fazer dela uso publico:

«Meu Ex.^{mo} amigo:

Como me pediu, ai mando as copias do telegrama que em 22 de Dezembro enviei ao Presidente do Ministerio e do que em 17 de Maio enviei ao «Diario de Noticias».

Em 32 de Maio tambem escrevi uma carta ao director do «Diario de Noticias», a respeito do empréstimo de Moçambique, e ai, depois de lhe dizer que, para prevenir o caso de os telegramas se terem extraviado, lhe enviava copias, acrescentava:

«Infelizmente, os meus afazeres não me tem permitido concluir o opusculo anunciado neste ultimo telegrama; se bem que tambem me afrouxasse a boa vontade em o concluir, a experiencia de que, frequentemente, quanto maior é o disparate, mais probabilidades tem de ser abraçado pelas estações officiais. Creia V. Ex.^a que, apesar de os perigos serem quasi sempre melhor apercebidos de longe do que de perto, mesmo aqui quasi toda a gente de senso considera a realisação do empréstimo como eminentemente perigosa; mas como quasi todos estão convencidos de que Moçambique se não salva, não ha coragem para contrariar o empréstimo, e quasi todos no que pensam é no proveito pessoal que daí lhes pode advir; para uns, e são a maioria dos comerciantes, sedu-los a ideia de, á custa

do empréstimo, poderem fazer grandes fornecimentos ao Estado, para as obras em projecto; e outros, e não são poucos, porque o Estado deve na Provincia cerca de um milhão de libras, receiam que, sem o empréstimo, só muito tarde e a más horas venham a receber os seus creditos provenientes dos fornecimentos feitos.

«E' convicção minha que se o empréstimo fôr A'vante, o dinheiro ficará quasi todo em Inglaterra, os melhoramentos materiais com elle executados não chegarão a ser convenientemente utilizados e, dentro em poucos anos, o material adquirido terá apenas o valor de *sucata*: a não ser que entretanto os extranhos deitem a mão á Colonia e tirem de tais melhoramentos o proveito que nós não teremos sabido tirar...»

«A ter de se fazer o empréstimo, preferivel seria negocia-lo, mesmo em condições de juros mais onerosas, com liberdade de aplicar o seu produto na compra de materiais e maquinismos no país em que elles fossem melhores e mais baratos, pois na Inglaterra as cotações tem sido sempre muito mais caras...»

Fica autorisado a fazer desta carta e dos telegramas de que envio copia o uso que entender, e creia-me

Com muita consideração

De V. Ex.^a,

Ato. Vdor. Mto. Obgdo.

Eduardo Saldanha

Copia do telegrama enviado ao presidente do Ministerio, em 22 de Dezembro de 1923

De Eduardo Saldanha, para Presidente do Ministerio, Lisboa.

Informe Governo que na minha opinião as duas maiores calamidades que ameaçam Provincia de Moçambique são projectado grande empréstimo projectada convenção União qualquer delas pode determinar perda colonia vou publicar opusculo justificativo.

Copia do telegrama enviado ao «Diario de Noticias», em 17 de Maio de 1924

De Eduardo Saldanha, para «Diario Noticias», Lisboa.

Moçambique não pode suportar encargos projectado grande empréstimo actuais receitas insufficientes satisfazer despesas ordinarias deficit um milhão libras provem principalmente sustentação excessivo funcionalismo. Obras fomento realizadas ultimos anos insignificantes. Aumento impostos directos está sacrificando produção. Aumento impostos consumo encareceu vida servindo pretexto novos aumentos salarios funcionarios, Desenvolvi-

mento economico Sul Provincia impossivel sem previa gradual redução emigração indigena. Actual composição corpos administrativos não oferece garantias boa administração. Empréstimo para Caminhos de Ferro norte irrigação Vale Limpopo só deve ser contrai-do terminados estudos preparada assegurada vinda capitais gente europeia trabalhadora sobretudo portuguesa para utilizar tais melhoramentos. Exportação Provincia 1923 apenas 64.000 toneladas valor cento dez mil contos. Urge reduzir pelo menos um terço despesas funcionalismo alterar regimen municipal constituição Conselho Legislativo administração ferroviaria para garantir idonea representação preponderante influencia actividade economia particulares conveniente pagar ou consolidar actuais dividas provinciais. Se metropole sentir Moçambique realização empréstimo projectado brevemente terá pagar encargos se quizer evitar perda colonia. Peça entreje copia Ministerio.

O leitor que seja dado a especulações de ordem subjectiva tem nestes factos materia para importantes deducções sobre a mentalidade dos homens que na politica ou na imprensa estão dirigindo os destinos da nação.

Mas descendo ao campo razo das realidades temos de concluir que em Lisboa, sendo já conhecida uma importante corrente de opinião, nesta colonia, contraria ao empréstimo, ha grande empenho em occultar a.

E' o que se deduz do silencio feito pelo presidente do Ministerio sobre o primeiro telegrama do sr. dr. Saldanha e ainda, da maneira por que o «Diario de Noticias» deu conta ao publico do segundo telegrama do mesmo sr. dr. Saldanha, a que recusou publicação apresentando somente em lugar esconso do jornal uma noticia deturpada e trauçada daquelle importantissimo grito de alarme.

vincada corrente de opinião contra o empréstimo é facto de que se pode assegurar qualquer pessoa que queira abrir os ouvidos ás conversas nos lugares publicos. Um plebiscito destruiria todas as duvidas a este respeito.

Mas na Metropole não só se pretende occultar a existencia desta opinião já muito dilafada, como tambem se pretende crear uma atmosfera favoravel enganando o publico, os politicos e até os financeiros a respeito da situação economica e financeira de Moçambique.

Para isso vai-se ao ponto de afirmar que basta o valor da nossa exportação para suportar os encargos do empréstimo sem necessidade de novos impostos ou de agravamento dos já existentes.

Afirma-se para esse fim que a exportação de Moçambique que em 1917 foi de 60.354.877 Esc., atingiu em 1921 o valor de 490.317.398 Esc., o que mostra um tão grande indice de progredimento que garante no futuro a satisfação integral de todos os encargos do empréstimo.

E' esta uma afirmação que não tendo sido contraditada, terá produzido funda impressão nos espiritos, creando uma disposição favoravel ao empréstimo.

Mas quando se saiba que ela, posto que muito habilidosa é de uma manifesta falsidade, ficar-se-ha sabendo quanto interesse ha na Metropole pelo encobrimento da verdade e quantos artificios, de linguagem e de outra especie, se usam para levar a efeito um empréstimo que será o naufragio da nossa soberania em Moçambique.

E' certo que compulsando a estatistica aduaneira de 1921 lá se encontra em letras gordas, um valor de exportação de 490 mil contos (numeros redondos), e portanto não se pode acusar a afirmação de voluntariamente falsa; mas se assim se diz a verdade, não se diz toda a verdade, como deve ser, pois que aquella verba, sob a designação global de «Exportações», inclui:

De que existe nesta Colonia uma já bem

Transito internacional. 254.658.91
Baldeação e reexportação. 142.087.813

Total 396.746.728

que subtraídos dos 490 mil contos deixa para valor da verdadeira exportação nacional e nacionalizada apenas 93.963.291 Esc., como está muito claramente registado na mesma estatistica.

E' sobre este valor que poderão incidir impostos destinados aos encargos do empréstimo e seria manifesto, mesmo para os mais leigos, os menos informados e os mais indiferentes, que tal volume de exportação não pode de modo nenhum suportar um encargo que hunca será inferior a £ 300.000 annuaes.

Mas, sr. director, não foi meu intento tratar do empréstimo em si mesmo, visto considerar isso inutil convencido como estou de que ele depende não de uma consideração imparcial dos interesses, das necessidades e das condições economicas, politicas e financeiras da Colonia e da Metropole, mas sim de intrigas politicas, de interesses pessoais e de manobras vesgas que pagaremos, não só com lagrimas, como se disse ha pouco em o Congresso Colonial em Lisboa, mas com sangue e até com muito sangue, pois a perda desta Colonia, que será certa por via do empréstimo, não se fará sem que seja atingido o amago das forças vitais da nação.

O meu fim foi unicamente denunciar as atitudes assumidas em Lisboa, em varios meios sociais e chamar a atenção da colonia para elas.

Muito pouco viverá quem não gosar as consequencias da tremenda... prosperidade que o empréstimo ha de dar a esta Colonia

Agradecendo a V. Ex.ª a publicação desta, sou, com muita consideração

De V. Ex.

Mt.º At.º e Vndr.

Augusto Cardoso

SOUSA MACHADO & C.^A

SEDE EM LOANDA

ANGOLA--CABO VERDE--GUINÉ--LISBOA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

:: PRODUTOS COLONIAIS ::

:: CEREAIS DE ANGOLA ::

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Representantes privativos na Africa Ocidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY

E. U. A.

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

:: FILIAL EM LISBOA ::
RUA GARRETT, 62, 2.^o

FILIAIS NO:
LOBITO
HUAMBO

END. TELEGRAFICOS:
PARA ANGOLA--SOMA
PARA LISBOA--SEGUE

Timor

O PROBLEMA ECONOMICO DE TIMOR

e os processos administrativos dos holandezes no extremo oriente.

(Continuação)

Ora estamos em Timor, não na presença de uma sociedade africana, mas de uma sociedade asiatica, em que a questão do trabalho pode ser facilmente solucionada em benefício dos proprios indigenas, e numa terra onde não faltam os recursos e mesmo o dinheiro necessario ás instalações agricolas de que se carece.

O que falta, então?

E' uma tradição administrativa de caracter não so burocrático mas economico, é um corpo de funcionarios adestrados, é um governador incorruptivel apoiado pelo Ministerio das Colónias.

Que este ultimo se procure garantir contra os seus impulsos desorganizadores e inclusivamente mande indagar «sur place», pois é isto mais economico, que a loucura do continuo vae-vem de funcionarios e pseudo-governadores. Quanto ao mal se teria evitado se assim se tivesse feito em 1918?

É tambem claro que só o Estado pode conduzir com honra e dignidade um tal sistema de administração.

Uma companhia cairá nas formulas, em demasia economicas, de «braços para plantação» que soam a «material humano» e «carne para canhão».

Foram esses os metodos da Companhia das Índias que a arruinaram.

Levemos, pois, os Timores ao trabalho, que é a nossa propria condição e a dura condição de toda a vida civilisada, mas fique logar para uma concepção mais elevada dos seus direitos como subditos portuguezes. Façamos da nossa colonia um pequeno baluarte de Portugal no Extremo-Oriente.

Alguns descrentes e egoistas dirão que é um papel pouco util e demasiado para o Estado.

A experiencia foi feita; e é necessario não ter assistido á magnifica actividade de 1918, para não compreender logo que o trabalho e a riqueza abrem perspectivas inesperadas, vias largas e desconhecidas, para a actividade privada de muitos europeus que pouco a pouco iriam ocorrendo. De receitas para o Estado nem falemos, tão claros são os factos: o acrescimento da população, a alfandega, o desenvolvimento do commercio, etc.

♦ ♦ ♦

Governar e administrar são coisas distintas.

Governar diz respeito aos fins; por isso entendo o encaminhar das aspirações e de toda a vida social.

Administrar diz respeito aos meios; é escolhe-los é realisar.

O unico governo sincero de uma companhia privilegiada, que tomasse conta de Timor, seria o seu governo; procuraria transformar a sociedade timor numa

turba de serviços para a plantação ou mais provavelmente o avassalamento explorador dessa sociedade.

Assim, teriamos uma «servidão».

O governo do Estado tem que ser outro.

Haverá um maior respeito pela sociedade indigena, que pela religião, educação e serviço militar será penetrada da idéa de uma patria portugueza.

Mas a base material, a questão dos interesses, a economia não pode ser tratada, de resto nem delegada em estrangeiros.

Será, pois, o Estado quem terá de a tomar a seu cargo.

Como acabei de o provar, tem para isso facilidades excepcionaes.

Surge, porém, a afirmação da sua competencia administrativa!

Isto é uma verdadeira mania, uma doença que precisa ser localisada e definida.

Em Timor sempre que um governador e o corpo de funcionarios teve estabilidade, fizeram-se trabalhos de vulto.

Se alguma incompetencia existe não é desta natureza. A verdadeira dificuldade está em proteger a organização, a tradição e a obra feita dos ataques de loucura furiosa da politica, que, ouvindo segredos de despeitados, indisciplinados ou creaturas moralmente abjectas, vae bater á porta do Ministerio das Colonias, exigindo a exoneração do governador.

Em materia desta natureza o Ministerio devia tomar medidas contra si mesmo; devia haver querquer coisa como o n.º 10 do conhecido decalogo de Jefferson.

A formalidade de um inquerito obrigatorio, por homens de incontestada honorabilidade, que fossem ao Oriente, talvez conviesse a Timor.

Já na primeira conferencia me referi a detalhes da administração economica pelo Estado em 1918. Numa terceira conferencia, tentarei um ensaio sobre a carta organica de Timor e sobre a sua administração.

Passo agora a descrever como os holandezes se saíram de identica dificuldade.

O problema foi resolvido em 1830, pelo general Van den Bosch com o seu «sistema das culturas».

O general, que conhecia as Indias Orientaes, partiu da Holanda com idéas bem assentes e com um grupo de homens, decidido a ajudal-o.

Chegado a Java, iniciou as culturas, que dividiu em dois ramos.

Um compreendia os productos que para exportação não careciam de qualquer tratamento complicado. Outro aqueles onde a materia prima requeria manufactura, que só um europeu podia dirigir.

No primeiro em que se contava o café, a pimenta, o indigo, a copra, etc., não intervinham senão os indige-

nas e as autoridades administrativas; no segundo, que dizia respeito ao assucar, tabaco, chá, etc., aparecia um contractador ou arrematante, que construía e explorava o engenho necessario ao fabrico.

No segundo ramo descreverei a cultura do assucar, que foi a mais importante.

Uma area de 600 geiras foi julgada sufficiente para alimentar a actividade de cada fabrica.

A cultura com cana sacarina foi incumbida a uma numerosa população da região limitrofe.

Foi resolvido não pensar em aperfeiçoar o trabalho indigena e entrar em equação com os habitos de preguiça e indolencia dos Javanezes.

E' sabido que as aldeias pagavam como imposto sobre a terra o quinto do arroz na varzea. Para as incitar ao plantio da cana e obter bons terrenos, foram dispensadas do imposto as que em rofação plantassem anualmente de cana o quinto das suas varzeas.

O Estado comprometeu-se a restituir o excedente do valor da nova cultura sobre o arroz e a sofrer as consequencias de uma má colheita.

A cultura era directamente ordenada e dirigida pelo chefe da povoação.

Ao arrematante era feito um adeantamento sem qualquer juro, mas pagavel a partir do terceiro ano, em prestações anuaes de um decimo.

Nos dois primeiros anos eram-lhe gratuitamente fornecidos um certo numero de trabalhadores e toda a madeira e mais materiaes de construção existentes nas terras da corôa. As maquinas eram isentas de direitos de importação.

Uma Repartição fornecia todos os esclarecimentos tecnicos e indicava os tratados e revistas dizendo respeito ás culturas.

Uma estipulada cota mensal podia ser tirada do adeantamento para os gastos pessoases do contractador o restante devia, á sua vontade, ser empregado na construção do engenho.

A Repartição pagava sem olhar ao acerto ou desacerto com que eram conduzidos os trabalhos; a vigilancia limitava-se a que o dinheiro fosse, de facto, empregado na construção.

Van den Bosch tinha muita a peito respeitar não só a indole do indigena, mas a indole do europeu, cujas qualidades de iniciativa reputava elemento indispensavel ao successo das suas concepções.

Pronto o engenho, amadurecida a colheita, procedia-se da maneira seguinte:

A comissão do Imposto, constituida pelo «contrôleur», chefe indigena do distrito, chefe da povoação e um certo numero de principaes, na frente do povo, examinava a colheita antes do córte e decidia quanto á quantidade.

O preço era marcado pelo Governo, dando lucro superior ao arroz.

O arrematante, que nenhuma interferencia tivera na cultura, salvo aviso ás autoridades de qualquer grave negligencia sue notasse, tomava, então, conta das plantas, cujo córte e transporte para o engenho devia pagar.

Mas o Estado continuava a auxilia-lo e annualmen-

te recebia um adeantamento para compra da colheita e pagamento da mão de obra.

Dava-se á mão de obra um valor igual ao da cana sacarina e computava-se o producto manufacturado um terço acima.

O ultimo terço era o lucro do contractador, que pagava o adeantamento anual, entregando ao Estado dois terços do producto manufacturado, que este vendia com lucro.

Algumas modificações vieram a ser introduzidas em todo o processo.

Os canaviaes, perdidos por falta de irrigação ou protecção contra as enxurradas, passaram a não ser pagos.

Sucedendo que em cada povoação eram os mais infimos quem trabalhava o canavial, a aldeia voltou a pagar o imposto sobre a terra, que era entregue aos trabalhadores.

Uma pequena percentagem foi estabelecida para chefes e «contrôleurs».

Nas culturas que dispensam a interferencia de fabricante tem primordial importancia a do café. Na verdade, o maior cuidado que requer esta cultura é a limpeza das hervas maninhas em torno dos cafeeiros.

As outras operações, consistem na despulpagem do fructo, «o café cereja», que, de facto, na cor e no tamanho se assemelha a uma cereja, e no descasque das sementes, que, guarnecidas de um cuticulo, se juntam pelas faces duas a duas em cada fructo.

Executadas estas duas simples operações, o café está pronto para exportação.

Ja o governador geral Marshal Daendels tornara obrigatorio o seu plantio nos distritos montanhosos de Java.

Cada familia devia possuir 1:000 pés de café, de cuja colheita 2/5 eram pertença do Estado e deviam ser entregues em armazens junto ao mar. O governo comprava os 3/5 restantes.

Acontecia, porem, não obstante o sistema de estradas de Daendels, que muito difficilmente os montanhezes traziam o café aos depositos da praia, que consequentemente só recebiam o producto das regiões visinhas.

Um exame de especuladores apparecia na montanha, trocando um pico de sal, comprado a 8 florins nos depositos do govêrno, por dois ou tres picos de café, valendo 20 florins o pico (aproximadamente 62 k.)

Assim se transformava num pesadelo esta cultura forçada, que dava interesse.

O café mal tratado, sujo e partido tinha na Europa má reputação.

Van den Bosck tomou as seguintes medidas: Reduziu a 600 o numero de cafeeiros a cargo de cada familia.

Ordenou que os arbustos fossem dispostos em plantações regulares sujeitas á visita mensal do controleur e á vigilancia na epoca das colheitas.

Mandou construir armazens no interior e pagar a 25 florins o pico os 3/5 da colheita, pertença do camponez.

Uma pequena percentagem foi estabelecida para chefes e controleurs.

(Continua).

Seromenho, Silveira & Carvalho, L.^{DA}

Codes: A. B. C. 5.eme Edition et BENTLEY'S

Especialidade em conservas de peixe

Fabricas nos melhores sitios de pesca

Fabricações esmeradas

Calçada de S. Francisco, 23, 2.º

LISBONNE

Especialité en conserves de poissons

Usines sur les lieux de pesche

Qualité choisée

Telegramas: SOSICAR—LISBONNE

Specility preserved fish

Factories on the best fishing spots

Highest quality

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : : :
LUIZ MOITA : : : : :
JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

TEATRO

BILHETE POSTAL

Meu querido colono :

A semana passada lembrei-me muito de si. Sob esse ar escaldante e equatorial, Você, que trabalha muito e vai roçando os quarenta, tem, pela distancia da metropole e ainda em virtude do seu burgo longinquo e mal movimentado, uma romantica saudade de Portugal. Você é capaz até de estar d'accordo comigo, aqui para nós, em como o portuguez é, por temperamento indumavel, o povo mais romantico que existe. Na sua opinião,—tenho a certeza, nós nunca fomos outra coisa desde o sebastianismo do Bandarra até ás luctas de 33 e depois delas. Na sua opinião ou talvez mais, no seu temperamento. Lembrome duma vez aqui em Lisboa, em que você preferiu uma boa parelha a um optimo Buick, numa tarde de touros, duma corrida á antiga portugueza.

—«Em Roma sê romano,» diria você.

O ruido seco das patas dos cavalos enterneciam-no mais que o azulado e acre fumo da gazolina.

Lembrei-me de si, e com muita pena de o não ter ao meu lado, numa cadeira do Politeama, nessa noite em que Augusto Pina—outro romantico, nos fez ressuscitar, espanjada da poeira, uma curiosa e simpatica peçaninha de Salvador Marques, passada ali no Ribatejo,—o elogio da leziria e dum povo onde a bravura só emparceira com os lados bons do coração.

Meu querido colono, oude é que existe um povo assim? Gente que se enraivece e chora quando lhe fazem mai, mas que nunca faz mal a ninguem? Os Campinos, que ali vão no Politeama, é uma peça feita com gente desta laia, talhada pelo molde do bem, da generosidade e da virtude. Ha campinos e fidalgos nesse drama, esbatidos no fundo duma côr local bem elogiada, indumentaria e psicologia como deve ter havido até

por volta de 1860. Entre estas duas castas de gente um padre, um padre tambem muito boa pessoa e bem falante, eivado, como era mister, desses angelicos alvares da teoria republicana que então era casta como a trança d'oiro duma creança que palreia.

Você havia de sorrir se estivesse ao meu lado. Nesse sorriso certamente, como no meu, não haveria o menor despeito, preocupada a maldade d'hoje, nem a mais pequena falta de generosidade. O sorriso de você equivaleria a uma ternura inocente, agradecida, dos seus labios para fóra. Os Campinos só lhe mereceriam um aplauso brando e simples. Que esse sorriso fosse levado do coração aos labios por uma tristeza recondita, disso é que você não tinha, finalmente culpa. O remorso da epoca que passa não nos pertence a nós, a você e a mim. E' um remorso muito complicado, um remorso onde são coisa minima estes detalhes de psicologia.

Meu Deus! Ver representar Os Campinos onde o povo,—esse pacífico povo rural, é brando e dócil, onde os senhores de haveres inda são os fidalgos, fidalgos generosos e protectores... E deitar os olhos, no dia d'hoje, para esse mundo onde o povo é uma féra enraivecida, os fidalgos se reduziram á inhabilidade, e os senhores d'haveres já tiveram nas mãos, antes das peças d'Arpagão, um arcabuz...

Quando saí do teatro, na noite da peça de Salvaor Marques, fui a cantar baixinho uma canção minha, pela rua adiante.

Na manhã seguinte, com o sol levante, entrou-me pelo quarto, numa dança scherzada a Alegria de viver. Ficou-me, ainda hoje, o habito suave de rezar a Deus em favor dessa bondade exposta na teoria de Os Campinos, se bem que, á hora a que lhe escrevo, o ritmo do scherzo já se tenha extinguido outra vez na musica do peito.

Deixá-lo! Um banho espiritual de romantismo faz bem. E' um ponto de referencia. Ia apostar que você, se estivesse a meu lado dobrava de entusiasmo pela

peça, batia as palmas romanticamente e era capaz de deixar o curso livre a uma lagrima que teimasse em se entornar, quente e grossa, do canto do olho para fóra...

LUIZ MOITA.

ESPECTACULOS

S. CARLOS—O *Leque*, fechou as suas varetas. Lucilia achou-o insufficiente e foi para a Figueira, refrescar-se melhor no ar do mar.

NACIONAL—A *Severa* está atrás dos bastidores, ha quantos dias! Os dois garotos fizeram pirraça, piscando o olho ao publico.

E este, só lhes dá licença de fugir dentro de dias

S. LUIZ—A *Vida Nova*, agarrada aos Anaglifes ainda durou até ha pouco. Mas acabado o ultimo baíão d'oxigenio, mudou de vida, ou antes, passou á outra vida.

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

TRINDADE—Nova peça portugueza, do dr. Faria de Vasconcelos; *O Turbilhão*.

POLITEAMA—Os *Campinos*, de Salvador Marques, resolveram voltar ao Ribatejo. Assim acabou em fins de julho a epoca de verão dirigida por Augusto Pina.

APOLO—O *Capital*, do socialista Ernesto da Silva, terá sido ha trinta anos, uma bomba de dinamite. Hoje é uma velharia cheia de poeira, que faz sorrir os bolchevistas e não encolerisa ninguem.

MARIA VITORIA—A *Feira Mayer* tem no *Rés-vés* a sua sintese: é uma distracção para noites de calor, sem mais consequencias.

SALÃO FOZ—Variedades em conjunto. Uma inovação parisiense que não se traduzirá numa curiosidade lisboeta.

COLISEU DOS RECREIOS—Variedades, luctadores e um publico imensamente bom rapaz.

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA}

R. DA MADALENA, 45, 1.^o

— LISBOA —

— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

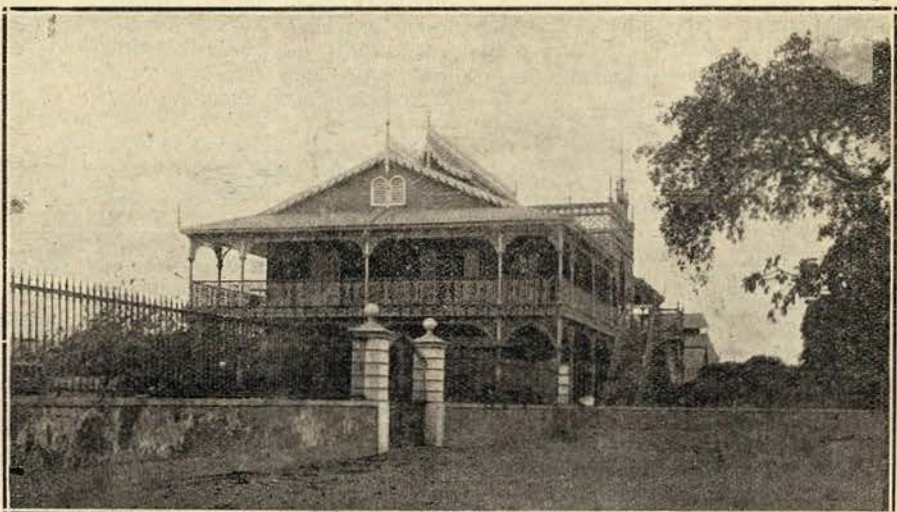
Importação e Exportação

directa das suas casas em **ÁFRICA** de todos os produtos de **ANGOLA** (Africa Ocidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Óleo de
palma, Urzela.
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vidros, Óleos e
variadíssimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

SOCIEDADE ANGOLA E CONGO, LIMITADA

(Junção das firmas BERNARDO, RAPOSO & C.^a L.^a e QUINTINO, SANTOS & C.^o)

Sede — RUA DO OURO, 50, 2.^o — LISBOA — Telefone: C. 3922

DEPENDENCIAS EM AFRICA

LOANDA — CATETE — CASSONECA — LANDANA

IMPORTADORES E EXPORTADORES

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Os maiores exportadores de algodão, em Angola. Os principais exportadores de oleaginosas, em Landana (Congo),
Exportação geral de todos os outros generos coloniais.

Grandes lavras de algodão nas regiões de CATETE e CASSONECA com fabrica de desgranamento em Catete e ensacadeira própria para exportação de milho

LOANDA — Rua Alfredo Trony

TELEFONE: 62

Endereços telegráficos: ANGOCONGO

Referências: BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

DESPORTO

Carlos Oscar
da Silva

Esgrimistas portugueses no estrangeiro



A equipe portuguesa concorrente aos jogos olímpicos. Da esquerda, no 1.º plano: Antonio Oliveira, Mascarenhas de Menezes, Conde de Penha Garcia (delegado português) e Frederico Paredes; 2.º plano: Mario de Noronha, Jorge Paiva, Eça Leal, Dr. Fuy Mayer e Henrique Silveira.

De Bruxelas recebeu-se a noticia dum grande triumpho por parte dum esgrimista português— Paulo de Eça Leal.

Na sala Dolporte, onde se encontravam muitos atiradores, Eça Leal assaltou com todos, tendo jogado maravilhosamente.

Contra Auspach o capitão da equipe belga nos jogos Olímpicos, Eça Leal venceu uma vez e foi vencido outra. Fez com o mestre da sala—um esquerdo, um brilhante assalto em que venceu por um primoroso *ligamento á mão*, seguido de *meio afundo ao braço*.

A convite de Auspach para fazer cinco toques em outra pista, venceu o nosso compatriota por 5:1 e em mais tres toques a pedido do atirador belga, este *levou-os em branco*...

O brilhante resultado conseguido por Eça Leal e sobretudo a beleza do jogo que exhibiu, valeu-lhe os mais calorosos elogios, de que compartilhou: Antonio Martins, nosso grande mestre.

E' com verdadeiro praser que registamos este triumpho, que veio aumentar ainda o brilho da nossa representação em esgrima.

O «Foot-Ball» Olímpico

O *Foot-ball* figura nos jogos Olímpicos modernos desde 1908, tendo neste ano disputado o campeonato, que se realisou em Londres, 8 equipas.

Em 1912, em Stockolmo inscreveram-se 16 equipas das quais muitas faltaram.

Em 1920, aos jogos de Anvers, concorreram 15 nações, faltando somente a Suíça.

Os jogos deste ano bateram o record da inscrição com 23 nações, sendo Portugal uma delas. Foi, porém, meramente platónica a nossa inscrição, pois, chegada a altura de fazer a inscrição nominal dos jogadores que formariam a equipe a U. P. F. não respondeu a tempo e horas aos varios officios que o C. O. P. lhe dirigia lembrando-lhe a necessidade de inscrever os jogadores portugueses.

As eliminatórias foram assim distribuidas.

Estados Unidos-Estónia.

Italia - Espanha.

Tcheco Slovaquia - Turquia.

Suissa - Lituania.

Estas eliminatórias tinham para

nós particular interesse pois jogaram 2 paizes cujo foot ball é bastante conhecido: Espanha e Tcheco-Slovaquia. Além disso, tanto os espanhoes como os tchecos, eram considerados pelos criticos de todos os paizes como vencedores provaveis do torneio.

Realmente a Tcheco-Slovaquia bateu facilmente a Turquia por 5:2 mas a Espanha foi eliminada.

Perdeu a Espanha pela infelicidade com que jogou, que não pela sua inferioridade, visto que a unica bola que o «score» acusa a favor da Italia foi metida pelo capitão da «equipe» o «back» Vallana que os criticos são unanimes em achar o melhor homem em campo.

Sem este azar de Vallana a vitoria decerto pertenceria á Espanha que sempre dominou, apesar de jogar com 10 homens, por ter um seu «equiper» sido espulso do campo por violento.

Os Estados Unidos bateram a Estónia por 1-0, o que não é brilhante, e a Lituania foi derrotada por 9:0.

Portugal devia jogar com a Suecia, o que era para nós desgraça certa, devido á magnifica qualidade do foot-ball sueco.

A Hungria tambem considerada

vencedora provavel, venceu a Polonia por 5-0 e, finalmente, a maravilhosa «equipe» do Uruguay, eliminou a Yugo-Slavia por 7-0.

No final das eliminatórias os criticos elevaram á categoria de vencedores provaveis do torneio a Tcheco-Slovaquia, a Hungria e o Uruguay.

E assim, chegamos á altura em que se efectuaram os jogos entre as nações isentas pela tiragem á sorte das eliminatórias.

No primeiro dia a França bateu a Letonia por 7:0 e a Holanda a Romania por 6-0.

Estes resultados, em lugar de demonstrarem um grande valor da França e da Holanda demonstram, a pouca classe dos seus adversarios, pois tanto a França com a Holanda, forneceram jogos mediocres.

O torneio deste ano foi fertil em surpresas. Assim no dia seguinte a Suissa, considerada «out-sider», fazia «match» nulo e ganhava no «match» desempate por 1:0 á Tcheco Slovaquia, uma das favoritas deste torneio monstro.

Tambem a Irlanda desiludiu os seus «supporters» batendo difficilmente a Bulgaria por 1-0.

As surpresas continuaram cada vez maiores vendo nós a Belgica eliminada pela Suecia com o formidavel «score» de 5-1 e a Hungria eliminada pelo Egipto (out-sider) por 3:0.

Os Estados Unidos foram eliminados pelo Uruguay por 3:0 e a Italia desembaraçou-se do Luxemburgo por 2-0 fazendo uma boa exhibição.

Duas equipas pareceram formidaveis; como finalistas; á Suecia e o Uruguay.

E assim entrámos nos quartos de final com duas formidaveis vitorias das inevitaveis «equipas»: Uruguay bateu facilmente a França por 5-1 e a Suecia dispõz do Egipto por 5-0.

Nas meias finais a Suíça bateu a Suécia, que nós calculavamos como favorita do torneio.

A vitoria foi conseguida por 2-1 depois duma emocionante luta que, como as anteriores, entusiasmou a assistencia.

Nesse mesmo dia o Uruguay venceu a Holanda.

Ficaram a defrontar-se na final o Uruguay e a Suíça, sendo esta vencida pelos uruguayacos, por 3:0.

Assim terminou o Foot-ball Olímpico.

NOTICIARIO

Governador do Cuanza Norte

Encontra-se na Metropole, em gozo de licença graciosa, o nosso presado amigo, sr. Capitão Luis Vieira Fernandes, que no governo do distrito do Cuanza Norte tem demonstrado as mais apreciáveis faculdades de administração.

Com a manifestação do nosso apreço, apresentamos ao nosso amigo afectuosos cumprimentos.

♦ ♦ ♦

Sociedade dos Amigos do Jardim Colonial

A Sociedade de Geografia de Lisboa, dando execução ao voto emitido no 2.º Congresso Colonial, tem activado os trabalhos para o desenvolvimento da «Sociedade dos Amigos do Jardim Colonial», cujo intuito é promover o progresso deste instituto, que tão grandes serviços pode prestar no campo da sciencia colonial.

A inscrição de sócios continua aberta na Secretaria da Sociedade de Geografia, e a ela devem acorrer todos aqueles que pelos assuntos coloniais se interessam.

♦ ♦ ♦

Corrigenda

No artigo «Festa Nacional de Educação Física» onde se lê «que lá não se exclusivismo», deve lêr-se, que lá não se executaram; adiante, onde se lê, roçando pelo uclurismo, de velêr-se, roçando pelo exclusivismo.

Varias

Vae ser nomeado para servir em comissão, como professor do liceu de Macau ao abrigo do decreto n.º 900 de 29 de Setembro de 1914, o sr. dr. João dos Santos Monteiro.

Vae ser aposentado como sub-director de Fazenda de Macau o sr. Henrique Vizeu Pinheiro.

Pelo Conselho Colonial foi dado provimento ao recurso interposto pelo comerciante de Angola, sr. Venancio Guimarães contra a deliberação tomada pelo Alto Commissario, prohibindo-o de recrutar serviços.

O Governador de Cabo Verde submeteu á apreciação do sr. Ministro das Colonias um projecto de remodelação dos serviços de instrução secundaria da provincia, o qual foi enviado ao Conselho Colonial.

Vae ser transferido de Moçambique para Cabo Verde o condutor de Obras Publicas do Ultramar sr. Raimundo Bettencourt Rodrigues.

Foi apresentado ao Parlamento um projecto de lei reintegrando o engenheiro Caetano Marques de Amorim no lugar de director das Obras Publicas do Estado da India.

Este projecto deu lugar a reclamações por parte dalguns funcionarios que se julgariam lesados com qualquer resolução que n'este sentido o Parlamento tomasse.

Deve realizar-se brevemente a visita do Governador das Indias Neerlandezas á nossa provincia de Timor.

Conselho Colonial

Vão ser publicados no Diario do Governo os acordãos do Conselho Colonial respeitantes aos seguintes recursos interpostos:

Recurso n.º 21 de 1922 interposto por Augusto Domingos da Costa 3.º official tesoureiro da Alfandega de Bissau, do despacho do Governador da Provincia da Guiné de 2 de Dez. 1921, que, determinou fosse notificada ao recorrente a applicação da pena de 60 dias de suspensão, imposta pelo Conselho Disciplinar das Alfandegas.

Foi negado provimento ao recurso, por interposto fora do prazo legal.

Recurso n.º 55 de 1923.—Interposto por Humberto Severino de Avelar advogado e professor do Liceu Central de Macau, ao despacho do Governador da mesma Provincia de 15 de Março de 1923 indeferindo-lhe o requerimento em o que o recorrente pedia autorisação para gosar a licença graciosa, a que se julgava com direito, no estrangeiro.

Dado provimento ao recurso, anulando o despacho do Governador na parte em que negou a autorisação ao recorrente para gosar a licença graciosa no estrangeiro.

Recurso n.º 116 de 1923—interposto por Antonio Xavier da Rocha Pinto, medicocirurgião e facultativo de 1.ª classe da India do despacho do Governador Geral do mesmo Estado de 25 de Agosto de 1923 que revogou um despacho anterior de 23 de Novembro de 1922 determinando que ao recorrente fosse abonado o vencimento de exercicio de Esc. 70\$70 que a Portaria Provincial n.º 586 de 26 de Julho de 1921 havia fixado aos facultativos de 1.ª classe, repondo a diferença recebida.

Acordam os do Conselho Colonial, em conferencia em julgar válida a desistencia constante do termo de fl. 18 v.º atento o seu objecto e a qualidade das pessoas que nelle intervêm.

Recurso n.º 13 de 1923 interposto por Julio Vitorino dos Santos do decreto n.º 293 de 25 de Novembro de 1922 do Alto

Commissario da Republica em Moçambique que extinguiu o lugar de Director da Imprensa Nacional e criou o lugar de administrador da mesma Imprensa para o qual foi nomeado Roberto Rolo, Chefe das Officinas. Julgada válida a desistencia e condemnado o requerente nas custas.

Recurso interposto por Julio Esteves de Sousa Pinto, 1.º Official da Extinta Secretaria do Comercio e Industria de Angola, da Portaria Provincial de 10 de Agosto de 1923 que o exonerou do seu cargo.

Dado provimento ao recurso.

Recurso n.º 138 de 1923 interposto por Caetano Filipe de Albuquerque, da Portaria Provincial n.º 39) de 25 de Junho de 1923, que nomeou João Joaquim Salvador Henrique Cardoso, professor provisorio do 7.º grupo do Liceu Central de Nova Goa.

Negado provimento ao recurso,

Recurso n.º 1324 de 1923 interposto por Francisco Xavier Resende de Mascarenhas da classificação feita pelo juri no concurso para official maior da secretaria geral do governo de Cabo Verde.

Negado provimento ao recurso e condemnado o recorrente nas castas.

Recurso n.º 144 de 1923 interposto por Luiz Antonio de Matos condutor de 1.ª Classe das Obras Publicas de Angola, da portaria provincial de 12 de Setembro de 1923, que impoz ao recorrente a pena de 18 mezes de inactividade, com metade do vencimento de categoria.

Dado provimento ao recurso anulando todos os actos praticados em relação ao recorrente a seguir ás conclusões do funcionario encarregado do inquerito, devendo os autos baixar para que se cumpra a lei como fica indicado e o processo seguir os seus termos legais sem custas.

SEGUROS	
«PORTUGAL PREVIDENTE» A MAIOR GARANTIA	
<i>Martimos (condição inglesa S. 2.ª)</i> <i>Losais, Ferrestres</i> <i>e Vida (todas as combinações)</i>	
SEGUROS EM LIBRAS	
Rua do Alecrim, 10—LISBOA	

Quando as febres palustres deixam pe obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres-biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas»—T. Carmo, 1—Lisboa.

COTAÇÕES

TITULOS

TITULOS	Em 11 de julho de 1924			Em 18 de julho de 1924			TITULOS	Em 11 de julho de 1924			Em 18 de julho de 1924		
	OFERTAS			OFERTAS				OFERTAS			OFERTAS		
	Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel		Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel
Div. interna fundada						Div. interna fundada							
As. tit. 20.000\$00	—	—	—	—	—	—	Companhias						
As. tit. 1.000\$00	38,40	38,40	—	—	—	35,60	Caminhos de ferro:						
As. tit. 500\$00	35,50	—	35,30	—	—	25,	Nacional..... — — — — — 19\$00						
As. tit. 100\$00	—	—	—	—	—	—	Beira Alta..... — 30\$00 — — — 30\$00 —						
Coupon tit. 1.000\$00	—	—	33	24	—	25,	Coloniais:						
Coupon tit. 500\$00	—	30	—	24	—	25,	Açúcar de Angola..... 180\$00 180\$00 183\$00 151\$50 — —						
Coupon tit. 100\$00	30	30	31	24	—	—	Agric. Bela Vista..... 85\$00 80\$00 95\$00 — — 80\$50 —						
Emp 3 0/0 1905	—	10\$00	10\$50	—	—	10\$20	Cazengo..... — — — 530\$00 515\$00 550\$00						
Emp 4 0/0 1888	16\$00	16\$00	—	—	15	16\$20	Agric. Ganda, Soc..... 174\$00 — 174\$00 171\$00 171\$00 172\$00						
Emp 4 0/0 1890 c.	—	—	40\$00	—	—	44\$00	Agric. Principe, E..... 12\$80 12\$50 — — — 12\$80						
Emp 4 1/2 1888-89 as.	—	—	38\$00	—	—	—	Agric. Ultramarina..... 180\$00 — — — — 180\$00						
Emp 4 1/2 1888-89 c.	—	38\$00	39\$00	—	—	34\$00	Agric. Colonial Soc..... 262\$00 260\$00 262\$00 — 12\$20 250\$00						
Emp 4 1/2 1912 ouro.	—	630\$00	—	600\$00	—	610\$00	Amboim..... — 108\$00 109\$00 95\$00 166\$00 91\$50						
Emp 5 0/0 1909 c.	—	41\$00	42\$00	—	—	40\$00	Boror..... 214\$50 214\$50 215\$00 — — 229\$00						
Emp 5 0/0 1917 c.	—	40\$00	41\$00	38\$50	38\$50	38\$50	Cabinda..... — — — 5\$85 5\$10 91\$00 —						
Emp 6 1/2 1923 ouro.	446\$00	445\$00	446\$00	428\$00	—	—	Colonial Buzi..... 184\$00 183\$00 185\$00 176\$00 225\$00 177\$00						
Externas 1ª serie.	635\$00	—	635\$00	466\$00	455\$00	457\$00	Congo Português..... — 15\$00 26\$00 — — 5\$05 26\$00						
Externas 3ª serie.	—	705\$00	735\$00	520\$00	—	550\$00	Ilha do Principe..... 368\$00 — 369\$00 363\$00 176\$00 365\$00						
Cautelas da 3ª serie.	—	37\$30	40\$00	—	—	37\$00	Luabo..... — — — 8\$00 — — 18\$00 8\$00						
Obg Div Prov de Angola 3 0/0	—	—	70\$00	—	—	70\$00	Moçambique até ao n.º 1.222.221, inc. — — — — — —						
Ações						Obrigações							
BANCOS:						Caminhos de ferro:							
Alentejano	—	—	75\$00	—	—	70\$00	Através Africa 5 0/0... 338\$00 337\$50 338\$00 213\$50 — 213\$00						
Aliança	—	800\$00	855\$00	—	—	800\$00	Beira Alta 3 0/0 2.º grau. — — — — — 70\$00 85\$00						
Colonial Português, p.	—	79\$00	83\$00	—	—	68\$00	Benguela, 5 0/0..... — — — 1.320\$ 1.200\$ — 1.200\$						
Colonial Português, a.	—	75\$00	80\$00	—	—	—	Norte e Leste 3 0/0 1.º gr. 225\$00 — — — — 180\$00 195\$00						
Colonial Português c.	295\$00	—	89\$00	70\$00	68\$00	70\$00	Norte e Leste 3 0/0 2.º gr. — — — — — 53\$00 59\$00						
Comercial de Lisboa	89\$50	295\$00	300\$00	—	—	290\$00	Diversas:						
Credito Nacional	—	105\$00	110\$00	—	—	—	Águas 4 1/2 0/0 c..... — — — 50\$00 — — —						
Industrial Português c.	—	—	73\$00	—	—	—	Banco Nacional Ultramarino 4 1/2 a..... — — — — — 80\$00						
Industrial Português a.	—	—	—	—	—	—	Banco Nac. Ultramarino 4 1/2 0/0 c. (ouro).... — — — — — 86\$00						
Lisboa & Açores	565\$00	560\$00	570\$00	565\$00	569\$50	—	Banco Nac. Ultramarino 6 0/0 h..... — — — — — 83\$00						
Nacional Agricola c.	—	—	85\$00	60\$00	68\$00	—							
Nacional Agricola p.	—	—	80\$00	—	63\$00	—							
Nacional Agricola a.	—	74\$70	77\$00	—	—	—							
Minho	328\$00	325\$00	329\$00	293\$00	291\$00	293\$00							
Nac. Ultramarino, a.	210\$00	210\$00	212\$00	—	214\$00	—							
Nac. Ultramarino, c.	238\$00	—	—	231\$00	230\$00	230\$50							
Popular Português	—	—	25\$00	—	—	25\$00							
Portugal	765\$00	—	—	854\$00	854\$00	857\$00							
Português e Brasileiro	104\$00	—	104\$00	95\$00	95\$00	96\$50							
Companhias						Companhias							
Diversas:						Diversas:							
Nacional de Navegação	262\$00	262\$00	—	233\$00	230\$50	234\$00							
Pesca e Transportes	—	35\$00	70\$00	—	40\$00	75\$00							
Cimentos de Leiria	—	—	88\$00	—	—	90\$00							
Credito Predial	—	—	—	30\$00	29\$50	30\$50							

Produtos coloniais

Cambios

PRODUCTOS	Quant.	Em 12		Em 19		PRODUCTOS	Quant.	Jul. 1924		Jul. 1924		Cotação oficial	Em 18-7-1924		Em 18-7-1924	
		Jul. 1924	Jul. 1924	Jul. 1924	Jul. 1924			Em 12	Em 19	Compra	Venda		Compra	Venda		
Algodão	1 k.	24\$00	25\$00	» de Lonada		15 k.	45\$00	45\$50	Londres		151\$00	152\$00	156\$00	157\$00		
Amido de mandioca	»	—	—	Couro limpos		»	10\$00	11\$00	Fin de Julho		—	—	—	—		
Borracha de Ambiz 1.ª	»	10\$00	10\$00	Farinha de mandioca		»	—	—	Paris		1.89	1.90	1.815	1.83		
» » 2.ª	»	8\$00	8\$00	Fibra de agave		»	—	—	Alemanha		—	—	—	—		
» Loanda e Beng. 1.ª	»	9\$00	9\$00	Gergelim		»	—	49\$50	Praça		102	103	—	—		
» » 2.ª	»	7\$00	7\$00	Goma capolo		»	—	—	Holanda		13.09	13.17	13.51	—		
Cacau fino	15 k.	80\$00	85\$00	» branca 1.ª		»	—	—	Madrid		4.71	4.75	4.75	4.78.5		
» paiol	»	70\$00	75\$00	» mixta		»	—	—	Belgica		1.61	1.63	1.62	1.635		
» escolha	»	40\$00	43\$00	» preta		»	—	—	Italia		1.52	1.53	1.53.5	1.55		
Café Ambriz	»	160\$00	165\$00	Marfim de lei		»	—	—	Suíça		6.18	6.22	6.50	6.54.5		
» Cazengo	»	158\$00	161\$00	» meio		»	—	—	Suecia		9.31	9.37	9.49	—		
» Encoge	»	159\$00	162\$00	» escaravelho		»	—	—	Nova-York		35.02	35.26	35.72	35.95		
» Novo Redondo	»	170\$00	175\$00	Milho		»	18\$00	18\$00	Brasil		3.77	—	—	3.41		
» S. Tomé	»	175\$00	180\$00	Óleo de palma do Congo		»	80\$00	83\$00	Rio s/Lisboa		—	—	—	—		
Cera	1 k.	17\$00	17\$00	» » de Loanda		»	85\$00	86\$00	Rio		3.73	3.76	—	—		
Coconote do Zaire	15 k.	45\$00	45\$50	Ricino		»	—	50\$00	Libras ouro		—	—	—	—		
» da Guiné	»	45\$00	45\$50	Tapioca		»	1\$60	1\$60	Agio do ouro		—	—	—	—		

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manáus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

TEM UM AUTO,
UM SIDE,
UM CAMION,
UM TRACTOR?

QUER LUBRIFICA-LO
CONVENIENTEMENTE?
DIGA-NOS A SUA MARCA E
RECEBERA' ESTE FOLHETO.



PRODUTO DOS ESTUDOS DOS NOSSOS ENGE-
NHEIROS ESPECIALISTAS, EM COLABORA-
ÇÃO COM OS DAS CASAS CONSTRUTORAS



Mobiloil

GUIE-SE PELA NOSSA TABELA DE RECOMENDAÇÕES

VACUUM OIL COMPANY